

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016.
(Do Sr. Nilto Tatto e Outros)

Requer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região cópia do processo nº 00013797320054047009.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal combinado com o artigo 2º da Lei 1.579/52, seja solicitado ao Desembargador Federal LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cópia do processo nº 00013797320054047009, inclusive o compartilhamento das informações sigilosas, as quais ficarão sob a guarda da presente Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICATIVA

A Polícia Federal realizou uma operação no início do mês de abril de 2005, que ficou conhecida como “Operação Março Branco”, no Estado do Paraná, onde foram presas oito pessoas, entre elas o Tenente – Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Senhor Waldir Copetti Neves, sob a acusação de tráfico internacional de armas, violações de Direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), formação de quadrilha, porte ilegal de armas, entre outros.

Os documentos apreendidos e depoimentos colhidos durante a operação indicam a formação de uma quadrilha que tinha como atividade o contrabando de armas, e também atuava como milícia armada a soldo de fazendeiros da região para patrulhar as propriedades rurais e executar despejos e ações contra trabalhadores rurais acampados em estradas ou fazendas da região. No cumprimento do Mandato de Busca e Apreensão no apartamento do Coronel Neves

CD160207772406

CD160207772406

foi a recolhido um revólver Rossi, calibre 357 magnum, uma Pistola Glock modelo 17, calibre 9mm, uma escopeta calibre 12 e uma espingarda calibre 38, todas sem documentação legal.

Em depoimento à Polícia Federal, alguns proprietários rurais confessaram que pagavam mensalidades para o Tenente - Coronel Copetti Neves pelos "serviços" prestados pela milícia sob o seu comando.

Entre os documentos apreendidos pela Polícia Federal consta anotações de controle de recebimentos e pagamentos efetuados pelo Tenente- Coronel, as atividades envolveriam mais de 16 fazendas sendo que a taxa cobrada era paga ao Coronel Neves. Havia também a passagem do serviço entre as equipes com anotação da situação das armas e dos locais vigiados.

O fato é de extrema gravidade, pois além de envolver servidores públicos militares, da ativa e inativados, cujo missão precípua é de cumprir e fazer cumprir a lei, o que já seria motivo suficiente para a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico, há ainda a confissão de fazendeiros da região confirmando a existência da formação de milícias armadas para desenvolverem atividades criminosas contra os trabalhadores rurais. Sabe-se que a Operação Março Branco está investigando somente um período da atuação do grupo, mas informações prestadas nos depoimentos indicam que o grupo estava trabalhando a mais tempo. No depoimento do sr. João Della Torres Neto que foi contratado pelo Coronel Neves, para investigar os acampamentos do Movimento dos Sem Terra, ele receberia para o trabalho a importância de R\$ 5.500,00.

06/04/2005 - 22h07

1. Delegado afirma que operação Março Branco abortou conflito agrário

PUBLICIDADE

MARI TORTATO

da Agência Folha, em Curitiba

O delegado da Polícia Federal que coordenou a Operação Março Branco no Paraná, Fernando Francischini, disse que a prisão dos integrantes do grupo acusado de se armar para enfrentar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) "abortou uma situação de confronto no campo", marcada para ocorrer entre hoje e amanhã, na região de Ponta Grossa (PR).

"Conversas de escutas telefônicas nos indicaram que o grupo iria fazer uma ação grande na região nesta quinta ou sexta-feira, para tirar os sem-terra de duas áreas", disse Francischini.

O delegado comandou 60 policiais numa operação conjunta com a PM do Paraná, que prendeu ontem o tenente-coronel Waldir Copetti Neves e mais sete pessoas --quatro PMs da reserva, um ex-PM e dois civis --em Curitiba, Ponta Grossa e Cascavel, acusados de criar uma organização criminosa que prestava segurança a fazendeiros e agia na intimidação dos sem-terra para que saíssem das invasões.

CD160207772406

CD160207772406

A PF diz ter recolhido provas suficientes de que o grupo era financiado por fazendeiros da região. Eles faziam pagamentos de "cotas mensais", na maioria de R\$ 800, pelos serviços da milícia de Neves. Diretamente acusado, o Sindicato Rural de Ponta Grossa negou que faça uso da organização.

Segundo Francischini, o grupo armado tinha plano de agir em março, mas resolveu esperar abril, quando os acompanhamentos estariam esvaziados com o deslocamento de parte dos invasores para marchas pela reforma agrária em Brasília e Goiânia, programas para este mês. O delegado disse que os despejos não autorizados seriam realizados numa fazenda de posse do tenente-coronel e no acampamento Emiliano Zapata, onde há 40 famílias invasoras.

Nas casas dos acusados foram apreendidas 16 armas de fogo, incluindo armamento de uso restrito (como cinco escopetas calibre 12 e duas carabinas) e munição fabricada fora do país. Neves vai responder por tráfico internacional de armas. A PF o acusa de trazer as armas ilegalmente do Paraguai.

O secretário da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, disse que o coronel "utilizava o cargo e a estrutura da PM para organizar um grupo de extermínio e de pistolagem". Ele afirmou que a prisão do oficial antecipa "uma limpeza na PM, retirando de cena quadrilheiros travestidos de policiais". Além dos processos na esfera federal, o oficial vai responder a um Conselho Disciplinar da PM e será demitido, segundo Delazari.

A investigação da PF sobre a organização começou há dez meses com um pedido do governador Roberto Requião (PMDB) ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos

Já se passaram 11 anos em que foram presas diversas pessoas e até hoje os recursos estão sendo analisados nos tribunais. O compartilhamento do processo irá contribuir nesta CPI para que no seu relatório final se possa realizar encaminhamentos para que situações como esta se se repitam e reforcem a impunidade que envolve na maioria dos casos que ocorrem nos conflitos fundiários.

Esta CPI, seguindo as palavras do Deputado Alceu Moreira “quem não deve não teme. Qual é o problema de quebrar o sigilo bancário se está tudo direitinho? Por que não pode quebrar? em reunião realizada no dia 25 de outubro de 2016, no Plenário 12 desta Casa, sendo necessária a requisição da transferência das informações acima solicitadas, poderá aplicar o mesmo critério a todos os pedidos com esta natureza.

Ainda nesta reunião, o Deputado Valdir Colatto, corajosamente diz “vamos mostrar ao Brasil, coisas que o Brasil não conhece do mundo rural”, o que revela sua disposição em mostrar a sociedade brasileira, que os fazendeiros se armam para defender suas terras contra os povos indígenas. Esperamos que a sociedade brasileira avalie se esta atitude é benéfica para a imagem do país e como forma de solucionar conflitos fundiários, que se estendem por décadas em várias regiões do país.

CD160207772406

CD160207772406

Sala da Comissão, em 09 de novembro 2016.

Dep. Nilto Tatto

PT - SP

Dep. Erika Kokay

PT – DF

Dep. Valmir Assunção

PT - BA

Dep. Patrus Ananias

PT - MG

Dep. Paulão

PT – AL

Dep. Marcon

PT - RS

CD16020772406

CD16020772406